



1 ATA DA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
2 DE SÃO PAULO/ CAU-SP
3 28 de Fevereiro de 2013.
4

5 Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e treze, as quatorze horas, reuniu-se o
6 Plenário do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, nas dependências da FIESP,
7 localizada na Avenida Paulista, 1313, 4º andar- São Paulo-SP, sob a Presidência do Arquiteto e
8 Urbanista, Afonso Celso Bueno Monteiro. Para compor a mesa e assessorar os trabalhos, o
9 Presidente chamou à mesa o Vice-Presidente, Gustavo Ramos Melo, o Consultor Jurídico do
10 CAU/SP, Dr. Roberto Vomero Monaco e os Conselheiros Federais do CAU/BR, Miguel Pereira e
11 José Roberto Geraldini Junior. A Sessão Plenária iniciou-se com a presença de 37 (trinta e sete)
12 Conselheiros, sendo 36 (trinta e seis) Conselheiros Titulares e 01 (hum) Suplente. As listas de
13 presença seguem anexas a esta Ata. ÍTEM 1-VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM: Verificado o quórum de
14 36 Conselheiros Titulares, o Presidente do CAU/SP saúda todos os presentes e inicia a Sessão
15 Plenária. ÍTEM 2-ABERTURA DA SEGUNDA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP. ÍTEM 3-
16 EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL. ÍTEM 4-APROVAÇÃO DA ATA DA 1ª SESSÃO PLENÁRIA
17 31.01.2013. Foi colocada em votação a ata da 2ª Sessão Plenária Ordinária do CAU/SP, com as
18 devidas contribuições das Conselheiras Saide Kahtouni, Aurea Mazzetti e do Conselheiro Claudio
19 Mazzetti. A Conselheira Marcia Mallet pediu que constasse em ata o motivo da abstenção do seu
20 voto na aprovação da Ata da 1ª Sessão Plenária de 2013 em função de sua licença entre as datas
21 14 de Janeiro de 2013 a 3 de Fevereiro de 2013. Não havendo mais retificações a Ata foi aprovada
22 com uma abstenção da Conselheira Márcia Mallet. ÍTEM 5-PRESTAÇÃO DE CONTAS DEZEMBRO
23 DE 2012 e ANO DE 2012. O Coordenador Luiz Antonio Raizzaro fez a apresentação da análise
24 financeira do mês de Dezembro de 2012 e do fechamento do ano de 2012, conforme enviado aos
25 Conselheiros por e-mail e entregue fisicamente na Sessão Plenária. O Conselheiro Gilberto Belleza
26 pediu que fosse desmembrando os gastos com Conselheiros e Diretoria. O Conselheiro Luiz
27 Antônio Raizzaro disse que este formato será apresentado no Relatório de Gestão, de qualquer
28 forma, caso seja um pedido pessoal do Conselheiro Gilberto Belleza, o departamento financeiro
29 do CAU/SP ficará a disposição, na sede provisória do CAU/SP, para abrir as linhas destas contas. O
30 Presidente Afonso sugeriu que esse tema seja discutido na Comissão De Orçamento e Contas.
31 Colocado em votação o Balancete de Dezembro e Prestação de Contas 2012. Com um voto
32 contrário do Conselheiro Paulo Afonso Costa, o Balancete e Prestação de Contas foram
33 aprovados. O Conselheiro Luís Antonio Raizzaro colocou como sugestão a não impressão do
34 material do Balancete que é levado à Plenária e entregue aos Conselheiros, com o intuito de
35 reduzir o consumo. O Presidente Afonso fez um encaminhamento: O Conselheiro que tiver
36 interesse em ter a cópia do Balancete impressa na Plenária deverá se manifestar por e-mail:
37 Enviar pedido para ana.simone@causp.org.br ou danielle.mamnerick@causp.org.br. ÍTEM 6 -
38 Discussão e aprovação do Código de Conduta dos Conselheiros. A discussão desse item da pauta
39 foi adiada para a próxima Sessão Plenária. O material será enviado a todos os Conselheiros. Sobre
40 a confecção do Código de Ética a Conselheira Ana Maria Biazzi complementou que propor ao
41 Plenário um Código de Conduta dos Conselheiros é um dos trabalhos da Comissão de Ética,
42 conforme consta no Regimento Interno, Artigo 30 letra d. ÍTEM 7-Informes da Presidência – O
43 Presidente lamentou e informou o falecimento de Célia Ballario, arquiteta e urbanista, foi
44 Presidente da Associação de Arquitetos de Caraguatutuba e participou de várias reuniões
45 Plenárias, mesmo não eleita, contribuindo e ajudando a formação do CAU. Em memória e
46 agradecimento, o presidente pediu um minuto de silêncio. O Presidente passou a palavra ao
47 Conselheiro Federal Miguel Pereira que saudou, agradecendo o convite e justificando sua
48 ausência nas Plenárias em função dos compromissos com o CAU/BR, que ele citou ser uma tarefa
49 árdua. Ciente das tarefas de um Conselheiro Federal e a participação necessária em diversos
50 compromissos, o Conselheiro Federal Miguel Pereira disse estar sempre lutando e levando ao



51 plano Nacional um trabalho com o intuito de criar um bom relacionamento entre o CAU/SP e os
52 Conselheiros Federais. No Conselho Federal, na Plenária do CAU/BR, segundo ele, deve ser
53 estabelecido um comportamento de fraternidade e parceria tal que não haja Conselheiros
54 Federais que “não se dão” com os Conselhos Estaduais. O Conselheiro ainda comentou sobre a
55 reunião do Fundo de Apoio ocorrida em Brasília, e que espera que os estados possam resolver as
56 suas diferenças. O Conselheiro Miguel Pereira pediu ao Presidente Afonso para que ele se
57 dedique a intermediar, pacificar, dar exemplos de construção, diálogo e um bom relacionamento
58 nas ações e nas discussões do CAU mínimo. O Presidente Afonso explanou sobre o Fundo de
59 Apoio dizendo que apenas dois estados não concordam com o pagamento, e os dois estados, Rio
60 Grande do Sul e Paraná, não concordam com o repasse por um fator jurídico. A arrecadação será
61 de 3,92% e será destinada a um fundo dos CAU/UF. O Presidente Afonso disse que propôs, em
62 uma das reuniões em Brasília, que os departamentos jurídicos do Paraná e do Rio Grande do Sul
63 se reunissem com o jurídico do CAU/BR. O Diretor Éder complementou o assunto dizendo que na
64 data de 27.02 fizeram o 1º pagamento do repasse e em 28.02 o CAU/SP assinou o convênio. A
65 palavra foi passada para o Conselheiro José Roberto Geraldine Junior que informou sobre a
66 evolução e o desenvolvimento dos assuntos do CAU mínimo. Ele citou a boa condução do
67 processo pelo Rio Grande do Sul que, não se negando fazer o pagamento, depositou em juízo o
68 repasse. Outro informe dado pelo Conselheiro José Roberto Geraldine Junior foi sobre os
69 profissionais estrangeiros em especial os portugueses. Este assunto está em pauta na comissão
70 em Brasília e está sendo discutido em plenário onde há a proposta de cooperação entre alguns
71 países como Portugal, Inglaterra e Espanha. O Conselheiro também informou sobre a próxima
72 pauta da Plenária no CAU/BR que será a apresentação da primeira etapa do Censo de 2012. Ele
73 disse acreditar que em Março já terão os resultados. Citou o projeto de resolução sobre RRT e o
74 acervo referente às atividades realizadas no exterior por arquitetos e falou que em 1º de fevereiro
75 a equipe técnica do CAU/SP, a equipe técnica do CAU/BR e os técnicos da prefeitura de Ribeirão
76 Preto se encontraram para discutir os processos de fiscalização. A pedido da Diretoria de Ensino
77 do CAU/SP, o Conselheiro Federal levou os primeiros mapas do estado de São Paulo, gerados
78 pela equipe de GEO sob o acompanhamento da Comissão de Ensino e Formação do CAU/BR, que
79 estão sendo elaborados para subsidiar a discussão interna das Comissões de Ensino em cada
80 estado. ÍTEM 8-Eleição para completar o quadro de Conselheiros da Comissão de Ensino e
81 Formação – A comissão de Ensino e Formação teve duas baixas, os Conselheiros Zan Quaresma –
82 Suplente do Conselheiro Paulo Afonso Costa, e o Conselheiro Alvaro Puntoni, em licença, não são
83 mais convocados para esta Comissão. Nesta Sessão Plenária foi colocada a necessidade de
84 complementar o quadro de membros da Comissão, passando então o Conselheiro Luiz Augusto
85 Contier, antes um membro substituto, a assumir como membro titular da Comissão e os
86 Conselheiros Roberto Moreno e Gerson Faria se tornaram membros substitutos. A nova
87 composição da Comissão foi colocada em votação e, com votos contrários dos Conselheiros Paulo
88 Afonso Costa e Claudio Mazzetti, foi APROVADA. Segue Declaração de Voto Contrário à
89 complementação/substituição de membros nas Comissões Permanentes. Conforme minha
90 manifestação em plenário, meu posicionamento contrário à complementação/substituição de
91 membros das Comissões Permanentes é que isso se opõe ao Regimento Interno do CAU/SP, que
92 em seu parágrafo único do artigo 14 estabelece que “(...) *As Comissões Permanentes serão*
93 *compostas conforme necessidade e deliberação da plenária, com um mínimo de 03 (três) e um*
94 *máximo de 05 (cinco) membros independentemente da condição de conselheiro titular ou*
95 *suplente, e dois suplentes na comissão, obedecido o número de votos obtidos*
96 *individualmente.(...)*”. O Parecer utilizado para “vetar” a participação de Conselheiros Suplentes
97 apoia-se no formato adotado em muitos CAU/UF onde as Comissões têm caráter deliberativo,
98 espelhando o mesmo modelo do CAU/BR. Isso fica claro no próprio parecer do CAU/BR onde está
99 escrito que “(...) *são nulos os atos que dependam da deliberação do conselheiro titular e tenham*
100 *sido praticados pelo suplente. (...)*”. O Regimento do CAU/BR estabelece que “(...) Art. 28 A



101 *comissão ordinária manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo*
102 *da espécie deliberação da comissão. Parágrafo Único. O CAU/BR definirá em normativo*
103 *específico quais as matérias que terão caráter terminativo nas comissões ordinárias e quais*
104 *serão submetidas à apreciação no Plenário (...)" (grifos meus). Essa não é a situação do CAU/SP,*
105 *onde pelo Regimento Interno aprovado, as Comissões Permanentes (e Especiais) têm caráter*
106 *CONSULTIVO (Seção IV do Regimento Interno do CAU/SP - DO ÓRGÃO CONSULTIVO DE APOIO AO*
107 *PLENÁRIO).Portanto, ainda que haja um parecer jurídico do CAU/BR referente a participação de*
108 *conselheiros suplentes em Comissões (no formato definido pelo Regimento Interno do CAU/BR),*
109 *como o próprio nome diz trata-se de um "parecer". Registre-se ainda, que, conforme estabelece o*
110 *parágrafo 2º do artigo 20 do Regimento Interno do CAU/SP "(...) As deliberações relativas a*
111 *alteração do Regimento, (...) somente serão tomadas por votos de, pelo menos, 3/5 (três quintos)*
112 *do total de Conselheiros titulares.(...)"*.Pelos motivos expostos, por essas alterações/substituições
113 nas Comissões do CAU/SP irem contra o Regimento Interno do CAU/SP é que me posiciono
114 contrário a elas. Claudio Mazzetti – Conselheiro CAU/SP. ÍTEM 9-Anuidade de pessoas jurídicas
115 do CAU/SP – o Conselheiro Gerson explanou sobre as providências tomadas neste ano com o
116 CREA sobre os problemas de envio de boleto do CREA as empresas puras e mistas. Em razão das
117 discussões havidas nas plenárias passadas sobre a emissão de cobranças indevidas do CREA/SP às
118 empresas integradas apenas por arquitetos (puras de arquitetura), a Presidência solicitou ao
119 Assessor Jurídico Dr. Roberto Vomero Monaco que fizesse um relato sobre a matéria, abordando
120 a ilicitude e a inexigibilidade do procedimento do CREA, bem como o encarregou de posicionar os
121 senhores Conselheiros sobre os encaminhamentos legais do CAU/SP. A íntegra da intervenção
122 encontra-se disponível em áudio e vídeo para os interessados. O Conselheiro Renato Nunes citou
123 a necessidade de saber que ações o CAU/SP pode tomar e publicar. O Conselheiro perguntou ao
124 Dr. Roberto Vomero Monaco se há uma medida judicial que possa ser aplicada contra o CREA
125 para que esse movimento se estanque. O Conselheiro Lucio Gomes disse que há necessidade em
126 divulgar as ações do CAU/SP e informações devidas em todos os meios de comunicação. ÍTEM 10-
127 Sugestão de nomes para a formação da Comissão Especial para concepção do Seminário "O
128 Papel do Patrimônio Histórico no Desenho Urbano"- O Presidente Afonso anunciou o pedido da
129 Conselheira Nadia Somekh na indicação de Conselheiros para uma Comissão Especial temporária
130 para a concepção deste seminário: "O Papel do Patrimônio Histórico Urbano". As indicações dos
131 nomes foram: Conselheiro Lucio Gomes Machado, Conselheira Nina Vaisman, Conselheiro Luiz
132 Fisberg e Conselheira Nadia Somekh como membros titulares, e os Conselheiros José Renato
133 Mehlem e Victor Chinaglia como membros substitutos. Os Conselheiros concordaram com a
134 formação da Comissão especial e a sua presença na comissão. ÍTEM 11-Apresentação e
135 discussões sobre o andamento do processo de locação da nova sede do CAU/SP – A Conselheira
136 Nina Vaisman fez a apresentação da Comissão da Sede e sua composição. Comentou sobre as
137 reuniões, o andamento das buscas e as negociações do futuro escritório a partir de critérios
138 necessários para cumprir com as necessidades do CAU/SP. Mostrou alguns imóveis visitados e
139 colocou como imóvel escolhido pela Comissão, o CBI Esplanada na Rua Formosa. Para
140 complementar o assunto o Presidente agradeceu o empenho na escolha do imóvel e colocou em
141 aprovação o aluguel do escritório no prédio CBI Esplanada. As considerações e perguntas feitas
142 pelos Conselheiros foram respondidas pelo Conselheiro Bruno Ghizellini, que deu explicações da
143 arquitetura e segurança do local. O Conselheiro Mario Yoshinaga complementou este tema lendo
144 um material sobre imóveis construídos sob medida. Segue texto da fala do Conselheiro Mario
145 Yoshinaga: A Lei N. 12.744 de 19 de Dezembro de 2012, altera a Lei N.8245 de 18 de outubro de
146 1991, que dispõe sobre locações de imóveis urbanos, alterando o art. 4º., acrescenta o artigo 54-
147 A, para incluir casos de locações em contratos de construção ajustada. "Contratos de locação de
148 construção ajustada", significa a possibilidade de alugar um imóvel construído sob medida,
149 conhecido como BTS – Built-To-Suit A Lei dá forma e amparo legal a locações que já vinham sendo
150 praticados, pelo que conheço, há mais de 30 anos nos EUA. Por exemplo, a IBM Brasil fez



151 contratos BTS para galpões, que sei, na Lapa, em São Paulo, pois os imóveis existentes não
152 atendiam aos requisitos de segurança patrimonial da empresa, assim como às condições de
153 desconto nos seguros. Na época, os locadores se mostraram desconfiados de compromissos
154 acima de dez anos, apesar da idoneidade do cliente. A empresa, pública ou privada, assume um
155 compromisso de locação continuada por 15 anos ou mais para um imóvel que será construído de
156 acordo com as suas necessidades, e findo esse prazo, o imóvel passa a ser patrimônio do
157 contratante. O valor do aluguel nesses casos é maior do que a de um imóvel pronto, pois inclui
158 essa condição de ser “sob medida”, além de precisar remunerar o capital investido do contratado.
159 O contratado, ou locador, obtém ganhos muito acima do que teria com a locação tradicional. O
160 contrato pode ser com ou sem terreno. O terreno pode ser público ou particular. O foco da Lei é a
161 locação, e o CAU-SP tem essa questão em andamento, buscando instalações provisórias e
162 próprias. Estou apresentando esse informe, pois considero uma oportunidade para que a nossa
163 sede própria se torne realidade num prazo curto, de no máximo 2 anos, com investimentos hoje
164 viáveis, provavelmente apenas para a aquisição do terreno e custos do projeto e licitação. É
165 também importante que o CAU-SP, ou CAU-BR, se posicione favoravelmente a essa forma de
166 locação sob medida, pois além de poder estabelecer suas diretrizes de projeto, destina seu
167 orçamento para as atividades de exercício profissional, razão de ser do CAU. É a oportunidade de
168 estabelecer uma referência contratual, valorizando o projeto arquitetônico completo como a
169 peça mais importante dos documentos. Segundo o Conselheiro Lucio Gomes Machado haveria
170 necessidade de um edital para busca deste imóvel. A assessoria jurídica do CAU/SP, sabendo
171 desta demanda, fez a consulta sobre o tema do Edital e explicou não haver necessidade uma vez
172 que a Comissão levantou 33 imóveis. O Conselheiro Miguel Pereira pediu a palavra e disse estar
173 muito satisfeito por ter assistido a esta sessão Plenária do CAU/SP e falou da felicidade que estava
174 sentindo em saber da escolha do prédio CBI Esplanada para a locação do escritório do CAU/SP.
175 Disse da admiração que sempre teve por esta obra e pelos arquitetos estrangeiros que
176 planejaram o edifício. Citou suas visitas às obras de arquitetos famosos quando ainda era
177 estudante e sua apreciação. Para ele, a escolha do CBI Esplanada, foi um presente. O Conselheiro
178 Federal cumprimentou a Comissão e disse que se sentiu lisonjeado e recompensado por terem
179 encontrado essa “catedral do modernismo brasileiro”. Foi colocada em votação a continuidade do
180 trabalho e a assinatura do contrato, que foi APROVADA. ÍTEM 12-Palavra dos Conselheiros: O
181 Conselheiro Eder citou que nem todos os Conselheiros entregaram a Declaração do Imposto de
182 Renda 2012 e em função da auditoria que está sendo executada no Departamento Financeiro por
183 empresa contratada pelo CAU/BR, esta disse que constará em relatório a ausência das
184 Declarações não entregues. O Conselheiro Gilberto Belleza disse não ter conhecimento desta
185 necessidade em outros estados e gostaria de saber se esta informação é correta. O Presidente
186 Afonso informou que os estados pediram aos seus Conselheiros, pois é uma lei Federal. O Diretor
187 Eder da Silva repetiu que a auditoria contratada pelo CAU/BR solicitou, baseada na lei federal
188 8730, que todos os Conselheiros entregassem a declaração do Imposto de Renda em envelope
189 lacrado, e informou que sairá em relatório os que não entregaram. Outro informe dado pelo
190 Diretor Eder da Silva foi sobre o envio do informe de rendimentos pelo departamento financeiro
191 do CAU/SP a cada um dos Conselheiros, via e-mail pessoal de cada um. Ele disponibilizou a equipe
192 do Departamento Financeiro para qualquer dúvida. A Diretora Marcia Mallet comentou sobre
193 Seminário de Fiscalização, Criminalização e ABNT. A Conselheira informou que existe uma PL
194 correndo no Congresso Nacional para transformar o exercício ilegal da profissão de Engenheiros e
195 Arquitetos em crime. Este tema está em discussão e em trâmite no Congresso Nacional. Ela pede
196 apoio para a aprovação desta PL. Sobre a ABNT, a Diretora disse estar criando uma norma sobre a
197 contratação de profissionais da área tecnológica. Um manual para os síndicos de edifício. Na
198 reunião de Diretoria e Coordenadores foi apresentada a Proposta de Trabalho da Diretoria
199 Técnica para 2013 e na véspera da próxima Plenária a equipe gostaria fazer um seminário sobre
200 os trabalhos, os termos de compromisso com os municípios e as propostas da Diretoria Técnica e



201 Exercício Profissional. O Conselheiro Reginaldo Peronti pediu que fosse enviado a PL aos
202 Conselheiros. O Conselheiro Gilberto Belleza citou que recebeu o cadastro com o número de
203 distribuição de profissionais pelo estado e agradeceu o envio. Ele pede que seja enviado o
204 número por cidade. O Conselheiro comentou sobre o Seminário em Bertioga o qual os
205 Conselheiros poderiam ter sido convidados. Neste momento o Presidente Afonso explicou que o
206 Seminário foi uma reunião ampliada de Diretoria e Coordenadores para o alinhamento e
207 apresentação das ações de cada equipe para 2013. O Conselheiro levou a informação que,
208 juntamente com o colega Sérgio Magalhães, Presidente do IAB/DN, foram eleitos coordenadores
209 do CAU/BR. O Conselheiro Luiz Augusto Contier falou sobre a página da internet do CAU/SP que
210 deveria acompanhar o modelo do site do CAU/BR onde há o nome dos conselheiros e a formação
211 das comissões. O Conselheiro Luiz Augusto Contier disse também da dificuldade em ter um
212 padrão internacional de atuação profissional. Foi citado por ele BIN, que os americanos e ingleses
213 já não compram mais projetos se não estiver em BIN e se houver um edital internacional o Brasil
214 não estará adequado. Foi divulgado em Brasília o representante inglês do BIN e o Conselheiro
215 descobriu que já está disponibilizado para todos os governos. Ele "frisa" em sua fala a
216 necessidade que o CAU/SP tem em fazer um movimento para o CAU/BR adotar procedimentos
217 que se adequem ao momento e sejam atualizados. O Conselheiro Claudio Mazzetti falou que acha
218 fundamental que o CAU/SP junto do CAU/BR trate dos assuntos dos estrangeiros no Brasil.
219 Esgotada a Pauta da reunião, o Presidente encerra a sessão Plenária e deseja um bom retorno a
220 todos.

221

222

223

224

225 Afonso Celso Bueno Monteiro

226 Presidente CAU/SP